

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

“Acções Preparatórias PROVERE”

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do Artigo 46.º do D.L. n.º 312/2007, de 17 de Setembro, e em concretização do disposto no **Ponto 5.** do “Aviso para Apresentação de Candidaturas” no âmbito das “Acções Preparatórias do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE)”, de 15 de Maio de 2008, a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 emite as presentes Orientações Técnicas sobre as seguintes matérias relacionadas com o processo relativo às candidaturas que venham a ser apresentadas no âmbito daquele “Aviso”:

- I.** Enquadramento das candidaturas
- II.** Entidade beneficiária
- III.** Apresentação, número de candidaturas e Autoridade de Gestão do Programa Operacional competente para apreciação e decisão sobre a candidatura
- IV.** Instrução das candidaturas
- V.** “Formulário de Candidatura” – Conteúdo informativo – Informação a anexar
- VI.** Duração máxima da Operação
- VII.** Análise, pedido de esclarecimentos/elementos, decisão e acompanhamento das candidaturas

I. Enquadramento das candidaturas

A apresentação de candidaturas, para desenvolvimento das Acções Preparatórias do PROVERE, deverá atender ao que estabelecem em conjunto:

- a) As disposições que constam do Regulamento da Promoção e Capacitação Institucional (RPCI), disponível no sítio do QREN www.qren.pt,
- b) O Aviso para Apresentação de Candidaturas no âmbito das Acções Preparatórias do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), de 15 de Maio de 2008 (de ora em diante designado, apenas, por “Aviso”), e
- c) As presentes Orientações Técnicas.

II. Entidade beneficiária

O juízo de equiparação a entidade pública, para efeitos da consideração como beneficiária elegível, no âmbito do concurso abrangido pelo “Aviso”, é sustentado na evidência documental a apresentar pela Entidade Promotora sobre os seguintes aspectos: estatutos da entidade; enquadramento da Operação nos objectivos definidos

nas Regras identificadas no Ponto 1. das presentes Orientações Técnicas; prossecução pela Entidade Promotora de fins públicos ou interesse social; composição accionista ou de associados, com referência à sua natureza pública ou privada.

III. Apresentação, número de candidaturas e Autoridade de Gestão do Programa Operacional competente para apreciação e decisão sobre a candidatura

3.1 A candidatura deve ser apresentada exclusivamente por recurso ao Formulário electrónico disponibilizado pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Algarve, através do endereço electrónico, www.poalgarve21.qren.pt devendo para esse efeito ser respeitados os procedimentos e regras de submissão de candidaturas.

3.2 A apresentação da candidatura é feita individualmente por qualquer das entidades beneficiárias do concurso abrangido pelo “Aviso”.

3.3 Cada Entidade Promotora poderá apresentar apenas uma candidatura no âmbito do presente concurso.

3.4 Em complemento do disposto no primeiro parágrafo do **Ponto 5.** do “Aviso”, e tendo em vista a determinação da Autoridade de Gestão do PO ALGARVE21 para efeitos do financiamento das Acções Preparatórias PROVERE, as entidades públicas e equiparáveis estabelecidas no Artigo 5.º do RPCI deverão apresentar a respectiva candidatura perante a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional em cujo território de intervenção se projecte o efeito mais relevante da estratégia de eficiência colectiva e do programa de acção.

IV. Instrução das candidaturas

A candidatura deve ser apresentada mediante o preenchimento do “Formulário de Candidatura” disponível através do endereço identificado no **Ponto 3.1** das presentes Orientações Técnicas.

Esse Formulário deve ser correctamente preenchido e instruído com todos os documentos mencionados nestas Orientações Técnicas (cfr. **Ponto V.**).

A submissão de uma candidatura cujo Formulário se encontre incompleto, designadamente, por falta de junção dos elementos indicados no **Ponto V.** das presentes Orientações Técnicas, implica a não aceitação da candidatura por parte da Autoridade de Gestão do Programa Operacional competente.

V. “Formulário de Candidatura” – Conteúdo informativo – Informação a anexar

A. Memória Descritiva Complementar – em complemento da informação constante do “Formulário de Candidatura”, a Entidade Promotora deve apresentar um documento a anexar à candidatura sob a denominação “Memória Descritiva Complementar”.

Essa “Memória Descritiva Complementar” deverá conter obrigatoriamente os elementos que, com a salvaguarda da devida articulação e coerência com a informação que conste do “Formulário de Candidatura”, permitam (i) uma completa compreensão dos objectivos e resultados esperados da candidatura e, por essa razão, (ii) aferir de modo claro e fundamentado os critérios **A1, A2, A3, C1, C2 e C3 do Ponto 7.** do “Aviso”.

Neste sentido, a “Memória Descritiva Complementar”, entre outros elementos de informação que a Entidade Promotora considere necessários ou pertinentes, deve incluir obrigatoriamente:

- Identificação dos recursos endógenos (tendencialmente) inimitáveis do território-alvo e, a partir daí, da centralidade temática da ideia “PROVERE” apresentada;
- Explicitação sumária da estratégia de desenvolvimento que permite transformar esses recursos em bens e serviços transaccionáveis e, portanto, em valor económico para o território-alvo;
- Delimitação e caracterização do território-alvo, tendo em consideração os recursos endógenos identificados e a estratégia de desenvolvimento económico que se pretende desenvolver, explicitando, designadamente, a razão de ser tratado como de “baixa densidade”;
- Indicação e caracterização sintética dos “projectos-âncora” e “projectos complementares”, que, eventualmente, se espera desenvolver, dados os recursos, estratégia e território já descritos, e respectiva localização;
- Descrição da metodologia que será seguida tendo em vista a elaboração da “Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção” e a dinamização do processo de constituição do respectivo consórcio;
- Análise genérica do impacto potencial (sócio-económico) da ideia “PROVERE”, referindo, em particular, o seu contributo (e articulação) para a consecução da estratégia de desenvolvimento regional explicitada no Programa Regional (consubstanciada em objectivos, realizações, resultados, etc).

B. Justificação Orçamental – Para cada rubrica do Orçamento incluído no “Formulário de Candidatura”, a Entidade Promotora deve fazer constar a respectiva justificação e as bases de cálculo (preços/valores unitários e quantidades) de modo a que permita aferir, de modo claro e fundamentado, o critério **A4** do **Ponto 7.** do “Aviso”.

Essa justificação deve constar de um documento, a denominar “Justificação Orçamental”, elaborado sob a forma de um quadro (cujo modelo é aqui apresentado a título meramente exemplificativo):

Unidade: Euro

RUBRICAS	PROCESSO DE CÁLCULO			DESPESA ESTIMADA	
	Valor unitário	Quantidades	Metodologia de Cálculo	Total	%
I. DESPESAS COM PESSOAL					
I.1 Remunerações					
I.1.1 Director do Projecto					
I.1.2 Pessoal Técnico					
I.1.3 Pessoal Administrativo					
			Sub-Total		
I.2 Abonos variáveis ou eventuais					
I.2.1 Ajudas de custo					
I.3 Contribuições para a Segurança Social					
			Sub-Total		
2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
2.3 Aquisição de serviços					
2.3.4 Aluguer de instalações					
2.3.5 Aluguer de material informático					
2.3.6 Aluguer de outros bens					
2.3.7 Comunicações					
2.3.8 Transportes					
2.3.9 Representação					
2.3.10 Seguros					
2.3.11 Estudos, pareceres, projectos e consultoria					
2.3.12 Publicidade					
2.3.13 Trabalhos especializados					
			Sub-Total		
			TOTAL		

NOTA: deverá ser inserida uma linha para cada uma das despesas a incluir numa dada rubrica orçamental (por exemplo, se forem necessários dois técnicos, na rubrica do “Pessoal Técnico” devem ser inseridas duas linhas).

Em cada uma dessas linhas, deve ser estimada a despesa a partir dos respectivos preços/valores unitários e quantidades, devendo ser explicitado, a seguir, o próprio processo de cálculo. Caso o espaço reservado para esse efeito não seja suficiente, a explicação desse processo deve ser descrita no espaço abaixo do Quadro.

Sempre que possível, deverão ser incluídos orçamentos e/ou facturas pró-forma. No caso das aquisições de serviços de consultadoria técnica incluídas, nomeadamente, na rubrica de “Estudos, pareceres, projectos e consultadoria” deverão ser obrigatoriamente anexados os respectivos Cadernos de Encargos. Tratando-se de “Trabalhos especializados”, poderão ser em alternativa, em situações justificáveis face à natureza mais simples dos “Trabalhos” a adquirir, anexadas propostas devidamente detalhadas.

C. Informação complementar referente à Entidade Líder¹ e às entidades envolvidas na parceria PROVERE²

C.1 Curriculum da Entidade Promotora – nesta parte deve ser efectuada uma caracterização sintética da informação que permita, nomeadamente, aferir de modo claro e fundamentado os critérios **B1**, **B2** e **B3** definidos no **Ponto 7.** do “Aviso”.

Em documento anexo à candidatura deverá constar um conjunto de elementos de caracterização da Entidade Promotora que comprovem o seu interesse, capacidade e habilitação para integrar nessa qualidade a candidatura abrangida pelo “Aviso” e, em geral, a dinamizar uma ideia “PROVERE”.

Esses elementos são, antes de mais, fundamentais para que se possa proceder à aferição e fundamentação dos critérios **B1**, **B2** e **B3** definidos no **Ponto 7.** do “Aviso”. Assim, deverão constar neste anexo, nomeadamente:

- Descrição sumária de projectos em que a Entidade Promotora participou e que demonstrem a sua experiência na realização de acções semelhantes às que são objecto na presente candidatura;
- Identificação dos recursos humanos e materiais susceptíveis de serem disponibilizados pela Entidade Promotora para fazer face às necessidades decorrentes da boa implementação da candidatura;
- Forma como a Entidade Promotora considera que dispõe das competências e capacidade para dinamizar e congregar as entidades parceiras, tendo em vista a execução da candidatura e, assim sendo, a elaboração da “Estratégia de

¹ Nesta fase respeitante às “Acções Preparatórias” estabelecida no “Aviso”, considera-se como Entidade Líder a Entidade Promotora da candidatura a submeter no âmbito do Regulamento da Promoção e Capacitação Institucional.

Esta assumpção não obsta a que, ulteriormente, em sede de estabelecimento do consórcio, para efeitos de submissão da “Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção” enquanto “Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE”, a Entidade Líder possa ser outra.

² O envolvimento das Entidades Parceiras que sejam identificadas nesta fase respeitante às “Acções Preparatórias” estabelecida no “Aviso”, não tem um carácter exclusivo; ulteriormente, no processo de dinamização da “Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção”, podem ser envolvidas outras entidades.

Eficiência Colectiva e Programa de Acção” e a constituição do respectivo consórcio;

- Papel que a Entidade Promotora poderá ter no futuro no que respeita à implementação da própria “Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção” e, em particular, na promoção de “projectos âncora” e “projectos complementares”;
- Caracterização da situação económica, financeira e de gestão que permita esclarecer quanto à existência dos recursos e competências necessárias à boa implementação da candidatura. Para esse feito e no caso de não se tratar de uma entidade especificamente da Administração Central ou Local, deverá ser apresentada uma versão sintética da “Demonstração de Resultados” dos últimos três anos.

C.2 Curricula das entidades parceiras - caracterização sintética que permita, nomeadamente a classificação fundamentada dos critérios **B1**, **B2** e **B3** definido no **Ponto 7.** do “Aviso”.

Em documento anexo à candidatura deverá constar um

conjunto de elementos de caracterização de cada uma das entidades parceiras envolvidas na implementação da candidatura. Esses elementos são, antes de mais, fundamentais para que se possa proceder à aferição e fundamentação, para cada uma das entidades, dos critérios **B1**, **B2** e **B3** definidos no **Ponto 7.** do “Aviso”. Assim, deverão constar neste anexo, nomeadamente:

- Descrição das actividades e projectos que têm sido desenvolvidos e, em particular, daqueles que sejam mais relevantes tendo em atenção os recursos endógenos, a eventual estratégia de desenvolvimento, o território-alvo e os “projectos âncora” e “projectos complementares”;
- Caracterização da importância dessas entidades para o desenvolvimento, em concreto, de potenciais “projectos âncora” e “projectos complementares”;
- Explicitação da capacidade financeira dessas entidades para se envolverem na consecução da ideia “PROVERE” e, deste modo, para implementarem potenciais “projectos âncora” e “projectos complementares”, designadamente, apresentando a evolução da sua “Autonomia Financeira” nos últimos três anos (no caso de empresas) ou da sua “Demonstração de Resultados”;

- Para cada uma das entidades, a Classificação da Actividade Económica (CAE), o volume de negócios anual (correspondente à soma das vendas de produtos e mercadorias e prestações de serviços) reportado ao exercício findo e o número de trabalhadores actual.

C.3 *Curricula da equipa técnica* – apresentação dos *curricula vitae* de todos os elementos da equipa técnica que já estão contratados à data da candidatura, devendo, para esse efeito, ser assinalados, pelo menos, o respectivo *Nome, Data de Nascimento, Naturalidade, Habilitações Académicas, Experiência Profissional* (destacando a experiência relevante tendo em consideração as actividades a desenvolver no âmbito da candidatura), *Tempo, calculado em percentagem, dedicado às Operações incluídas na candidatura, Remuneração, calculada em percentagem, afecta a essas Operações*.

Estes elementos podem constar, para todos os membros que compõem a equipa técnica, de um quadro que os evidencie com a devida autonomia.

Esta informação, em articulação com a constante dos **anexos C.1 e C.2**, será utilizada para a classificação fundamentada do critério **B3** definido no **Ponto 7.** do “Aviso”.

C.4 *Protocolo entre as entidades* – apresentação do protocolo, previsto no **Ponto 3.** do “Aviso”, devendo, para esse efeito, ser preenchido e subscrito por todas as entidades.

O conteúdo mínimo do protocolo abrange *(i)* a identificação dos respectivos outorgantes, *(ii)* a data da celebração, *(iii)* a duração do protocolo, *(iv)* as obrigações que no âmbito da parceria são assumidas pela Entidade Promotora e por cada um dos parceiros nesta fase respeitante às “Acções Preparatórias”.

Caso, no referido protocolo, venham a ser explicitados outros elementos, estes poderão ser utilizados para a classificação fundamentada do critério **B1** definido no **Ponto 7.** do “Aviso”, em articulação com os que constam dos **anexos C1 e C2**.

Podem vir a ser considerados para efeitos do disposto no parágrafo anterior, nomeadamente, os elementos que permitam aferir: *(i)* os eventuais direitos que decorrem do protocolo para a Entidade Promotora e para qualquer dos outros parceiros, *(ii)* o grau de comprometimento da Entidade Promotora e de cada um dos outros parceiros no desenvolvimento e apresentação da “Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção”, devendo, neste domínio, serem destacadas e autonomizadas as concretas iniciativas que cada um desses parceiros se propõe desenvolver, *(iii)* o regime aplicável

em caso de não cumprimento pela Entidade Promotora e por qualquer dos outros parceiros das obrigações assumidas no âmbito do protocolo.

D. Outros documentos a anexar ao “Formulário de Candidatura” no âmbito das “Acções Preparatórias” para o PROVERE enquadradas pelo presente “Aviso”

1. Declaração de compromisso da Entidade Promotora (conforme modelo disponibilizado) devidamente assinada e carimbada;
2. Estatutos ou Lei Orgânica da Entidade Promotora, excepto para beneficiários públicos;
3. Autorização para consulta, pela Autoridade de Gestão do PO ALGARVE21 da situação contributiva perante o Estado (tributária e segurança social através, respectivamente do N.I.P.C. 600074404 e NISS 20016722932) por parte da Entidade Promotora ou, em alternativa, declaração emitida pelos organismos competentes comprovativa da regularidade daquela situação contributiva;
4. Declaração fiscal sobre a situação tributária da Entidade Promotora quanto ao regime do IVA a que se encontra sujeita reportada ao ano em curso;
5. Declaração quanto ao enquadramento do IVA relativamente às actividades constantes da candidatura apresentada;
6. Ficha de verificação "Contratação Pública", disponibilizada pela Autoridade de Gestão competente, a preencher em conformidade com as instruções que para o efeito tenham sido por esta definidas;
7. Podem ser anexados ao “Formulário da Candidatura” outros documentos que a Entidade Promotora considere relevantes (cartas de conforto de outras instituições, pareceres de organismo públicos, etc.).

VI. Duração máxima da Operação

A Operação abrangida pela candidatura apresentada no âmbito do “Aviso”, não poderá ter uma duração que exceda a data de 31 de Dezembro de 2008 ou a data da submissão da “Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção” para efeitos de certificação enquanto Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE, caso esta última data venha a ser anterior àquela.

VII. Análise, pedido de esclarecimentos/elementos, decisão e acompanhamento das candidaturas

7.1 As candidaturas apresentadas nos termos do **Ponto 5.** do “Aviso” serão objecto de análise por parte da Autoridade de Gestão do PO ALGARVE 21.

7.2 No contexto dessa análise, a Autoridade de Gestão poderá solicitar esclarecimentos/elementos de informação adicionais à respectiva Entidade Promotora, o qual deverá responder dentro do prazo que para o efeito lhe seja indicado.

Se, findo este prazo, não forem prestados os “esclarecimentos/elementos” requeridos a respectiva candidatura será analisada com base na documentação disponível na Autoridade de Gestão, incluindo para efeitos da tomada de decisão a que se refere o **Ponto IV.** das presentes Orientações Técnicas.

A solicitação destes “esclarecimentos/elementos” tem efeitos suspensivos relativamente **(i)** à contagem de prazo para análise das candidaturas e, consequentemente, **(ii)** ao prazo para a comunicação da decisão. Nesta situação, o prazo de 12 (doze) dias úteis para a comunicação da decisão sobre as candidaturas é contado a partir da data em que se encontre completa a instrução de todas as candidaturas.

7.3 No caso de candidaturas que coincidam em termos do(s) recurso(s) a explorar e/ou do território-alvo e que, simultaneamente, apresentem o mesmo tipo de estratégia (a mesma forma de explorar o(s) recurso(s)) e de “projectos-âncora”, será aprovada somente aquela que obtiver a maior classificação do indicador o Mérito da Ideia (MI) estabelecido no **Ponto 7.** do “Aviso”.

7.4 No mês seguinte à efectiva conclusão da execução física e financeira da Operação consubstanciada na candidatura, deverá ser apresentado pela respectiva Entidade Promotora à Autoridade de Gestão, o Relatório Final preenchido e instruído nos termos que venham a ser definidos pela Autoridade de Gestão.

19 de Junho de 2008

Gestor do Programa Operacional Regional do Algarve

João Faria